

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024

À

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Setor de Licitações

Ref.: Pregão Eletrônico 01/2024

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Identificação da empresa solicitante:

Razão Social: OAM Comercial e Serviços LTDA

CNPJ: 02.819.827/0001-57

Endereço: Av. Expedicionário José Amaro, 1546, Vila São Luís, Duque de Caxias

Prezados senhores,

Conforme Previsto no Item 15 do Edital referente ao Pregão Eletrônico 01/2024, viemos por meio deste, tempestivamente, solicitar impugnação ao edital pelos motivos expostos abaixo:

O item 13.5.3.1 do edital alterado exige:

"13.5.3.1 – Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

a) CERTIDÃO de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) no ramo de Engenharia Mecânica e Elétrica, conforme exigido pela Resolução nº 068/2019, pela Lei nº 13.589/18, Lei nº 13.639/18 e demais normas técnicas aplicáveis."

Ocorre que, conforme Resolução 218, de 29 de junho de 1973, tais atividades são de competência do engenheiro mecânico, vide:

"Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; **sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.**"

Desta forma, a exigência de ENGENHEIRO ELÉTRICO para se responsabilizar tecnicamente por este tipo de serviço é completamente sem fundamento e ilegal. **Dispensável dizer que o CONFEA tem ciência que todo sistema de ar condicionado envolve tensão elétrica e determinou APENAS o engenheiro mecânico para assumir tal competência.**

Solicitamos que tal exigência seja retirada do edital, pois é competência do CONFEA estabelecer as responsabilidades técnicas de cada categoria profissional, não sendo de responsabilidade do engenheiro elétrico a competência do objeto contratual referente ao edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.

Assim sendo, solicito impugnação ao edital para retirada de exigências que tão somente limitarão a ampla concorrência e o interesse da administração pública.

Respeitosamente,

Mariana Machado
Representante legal
OAM Comercial e Serviços Ltda.
CNPJ: 02.819.827/0001-57